Estado e contrarrevolução

Paul Mattick

Original em: http://isr.press/paul-mattick-marxism-last-refuge-of-the-bourgeoisie.pdf
Versão HTML: https://www.marxists.org/archive/mattick-paul/1983/reform/ch06.htm

O Estado de Lênin deveria ser um Estado bolchevique apoiado por trabalhadores e camponeses. Como não se podia esperar que as classes privilegiadas o apoiassem, era necessário privá-las de seus direitos e, assim, acabar com a democracia burguesa. Uma vez no poder, os bolcheviques restringiram as liberdades políticas - liberdade de expressão, imprensa, reunião e associação, e o direito de votar e de ser eleito para os sovietes - à população trabalhadora, ou seja, a todas as pessoas "que adquiriram os meios de vida por meio do trabalho produtivo e útil à sociedade, ou seja, os trabalhadores e empregados de todas as classes que trabalham na indústria, no comércio, na agricultura etc., e aos camponeses e trabalhadores agrícolas cossacos que não empregam ajuda para obter lucros[1] ." No entanto, os camponeses não puderam ser integrados à "grande fábrica" imaginada, que transformou "todos os cidadãos em empregados contratados do Estado", pois eles fizeram sua revolução em busca de "propriedade privada", de terras próprias, desconsiderando o fato de que nominalmente todas as terras pertenciam à nação como um todo. As concessões feitas aos camponeses foram o preço que os bolcheviques tiveram de pagar por seu apoio. "O campesinato russo", escreveu Trotsky, "estará interessado em manter o governo proletário pelo menos no primeiro e mais difícil período, assim como os camponeses franceses estavam interessados em manter o papel militar de Napoleão Bonaparte, que, pela força, garantiu aos novos proprietários a integridade de suas terras[2] ."

Mas o apoio político dos camponeses aos bolcheviques era uma coisa e seus interesses econômicos eram outra. A desorganização causada pela guerra e pela guerra civil reduziu a produção industrial e agrícola. Os grandes latifúndios haviam sido desmembrados para fornecer a milhões de trabalhadores agrícolas pequenas propriedades. A agricultura de subsistência substituiu em grande parte a agricultura comercial. Mas até mesmo o campesinato orientado para o mercado se recusou a

---

[1] *Constituição da República Socialista Federativa Soviética Russa* (1918), Artigo 4, Capítulo XIII.
[2] Trotsky, *Our Revolution*, p. 98.

entregar seus excedentes ao Estado, pois este tinha pouco ou nada a oferecer em troca. As políticas internas do Estado bolchevique foram determinadas principalmente por sua relação com o campesinato, que não se encaixava na economia capitalista estatal em evolução. Para aplacar os camponeses, só era possível às custas do proletariado, e para favorecer este último, só às custas do campesinato. Para permanecer no poder, os bolcheviques eram constantemente forçados a alterar suas posições em relação a uma ou outra classe. Por fim, para se tornarem independentes de ambas, eles recorreram a medidas terroristas que submeteram toda a população ao seu governo ditatorial.

O dilema bolchevique com relação aos camponeses era reconhecido de forma bastante generalizada. Apesar de sua simpatia pela Revolução Bolchevique, Rosa Luxemburgo, por exemplo, não podia deixar de criticar suas políticas agrícolas como prejudiciais à busca pelo socialismo. Em sua opinião, os direitos de propriedade devem ser transferidos para a nação ou para o Estado, pois somente assim será possível organizar a produção agrícola em bases socialistas. O slogan bolchevique "apreensão e distribuição imediata da terra aos camponeses" não era uma medida socialista, mas sim uma medida que, ao criar uma nova forma de propriedade privada, cortava o caminho para tais medidas. A reforma agrária leninista, escreveu ela, "criou uma nova e poderosa camada de inimigos populares do socialismo no campo, inimigos cuja resistência será muito mais perigosa e teimosa do que a dos nobres proprietários de terras[3] ." Essa crítica, entretanto, não fez mais do que reafirmar o dilema inevitável. Embora ela fosse favorável à tomada do poder pelos bolcheviques, Luxemburgo recuou diante das condições em que isso seria possível. Lênin, no entanto, esperava o apoio contínuo dos camponeses não apenas porque os bolcheviques haviam ratificado a tomada de terras, mas também porque o Estado soviético pretendia ser um "governo barato", a fim de aliviar a carga tributária dos camponeses.

Em parte, foi com esse "governo barato" em mente que Lênin falou tão repetidamente sobre a necessidade de "salários dos trabalhadores" para todos os funcionários administrativos e técnicos. O "governo barato" deveria cimentar a "aliança dos trabalhadores e camponeses". Além disso, durante o primeiro período do governo bolchevique, os princípios igualitários enunciados em *Estado e Revolução* se tornaram, em grande parte, uma realidade, devido às dificuldades de prover a população urbana com as necessidades básicas da vida. O governo se viu forçado a tomar dos camponeses todo o seu excedente de grãos, e muitas vezes mais do que isso, na forma de

[3] Luxemburgo, *The Russian Revolution*, p. 46.

"empréstimos" ou em troca de papel-moeda sem valor. Suas reações violentas induziram os bolcheviques a substituir o sistema de confisco por um imposto em espécie, o que não conseguiu acalmar a oposição dos camponeses. Finalmente, em 1921, o governo foi forçado a adotar uma Nova Política Econômica (NEP), envolvendo um retorno parcial às relações de mercado capitalistas e uma tentativa de atrair capital do exterior.

O convite para investir na indústria russa foi amplamente ignorado pelo capitalismo ocidental. O problema continuava sendo como capitalizar o país sem acabar com um sistema de empresas privadas - o resultado lógico de um desenvolvimento da agricultura camponesa sob relações de livre mercado. A Nova Política Econômica poderia ser considerada como um mero intervalo no "processo de socialização" ou como uma política mais permanente que implicava o risco de que as forças capitalistas privadas recém-geradas superassem o setor da economia controlado pelo Estado e até mesmo o destruíssem. Em tal eventualidade, a intervenção bolchevique teria sido em vão - um mero incidente em uma revolução burguesa. Entretanto, Lenin tinha certeza de que um retorno parcial às relações de mercado poderia ser politicamente dominado, ou seja, que o Partido Bolchevique poderia deter o poder do Estado e garantir peso econômico suficiente mantendo o controle de posições-chave, como a indústria de grande escala, os bancos e o comércio exterior, neutralizando assim as relações de propriedade privada emergentes na agricultura, na indústria de pequena escala e no comércio varejista. Com o tempo, o poder social real passaria do campesinato para a indústria controlada pelo Estado, em virtude do crescimento dessa última.

No final, porém, os problemas da "economia mista" do período da NEP foram resolvidos pela coletivização forçada da agricultura, pela economia centralmente planejada e pelo regime terrorista do stalinismo. Os temores de Rosa Luxemburgo com relação à política camponesa bolchevique se mostraram injustificados. Entretanto, a destruição da propriedade camponesa por meio da coletivização não levou ao socialismo, mas apenas garantiu a continuidade do capitalismo de estado. Por si só, a forma coletivizada de agricultura não tem caráter socialista. É meramente a transformação da produção agrícola de pequena escala em produção agrícola de grande escala por meios políticos, em contraste com o processo de concentração e centralização realizado, embora de forma imperfeita, na economia de mercado capitalista. A coletivização deveria possibilitar uma extração mais eficaz do trabalho excedente da população camponesa. Isso exigiu uma "revolução de cima para baixo", uma verdadeira

guerra entre o governo e o campesinato[4] , na qual o governo alegou falsamente agir em nome dos camponeses pobres e ser ajudado por eles, eliminando os kulaks, ou camponeses ricos, que estavam bloqueando o caminho para o socialismo.

A não ser que seja por salários mais altos, o que implica em melhores padrões de vida, os trabalhadores assalariados não veem sentido em se esforçar além da medida inevitável exigida por seus chefes. A supervisão também exige incentivos. Os novos controladores do trabalho demonstraram pouco interesse no aprimoramento da produção com "salários de operários". O incentivo negativo, implícito na necessidade de emprego para poder viver, não foi suficiente para estimular o pessoal técnico e de supervisão a se esforçar mais. Portanto, logo foi complementado com os incentivos positivos das diferenças salariais entre e dentro das várias ocupações e profissões, e com privilégios especiais para desempenhos particularmente eficazes. Esses diferenciais foram aumentados progressivamente até se assemelharem aos prevalecentes nas economias de empresas privadas.

Mas voltemos ao governo bolchevique: Eleito pelos sovietes, ele era, em teoria, subordinado ao Congresso Pan-Russo dos Sovietes e sujeito à revogação por parte dele, e tinha apenas o poder de continuar dentro da estrutura de suas diretrizes. Na prática, ele desempenhou um papel independente ao lidar com as necessidades políticas e econômicas em constante mudança e com as atividades cotidianas do governo. O Congresso dos Sovietes não era um órgão permanente, mas se reunia em intervalos de duração mais curta ou mais longa, delegando poderes legislativos e executivos aos órgãos do Estado. Com o "transporte da luta de classes para os distritos rurais", ou seja, com as expedições expropriatórias organizadas pelo Estado no campo e a instalação de "comitês dos pobres" bolcheviques nas aldeias, a "aliança de trabalhadores e camponeses" que havia levado os bolcheviques ao poder prometia se deteriorar e colocar em risco a maioria bolchevique no congresso, bem como sua parceria com os social-revolucionários de esquerda. Certamente, o governo bolchevique, controlando o aparato estatal, poderia ter ignorado o congresso ou tê-lo afastado, assim como havia afastado a Assembleia Constituinte. Mas os bolcheviques preferiram trabalhar dentro da

[4] Lord Moran relata o seguinte diálogo entre Churchill e Stalin em Moscou, em 1942: Churchill: "Quando levantei a questão das fazendas coletivas e da luta contra os kulaks, Stalin ficou muito sério. Perguntei-lhe se isso era tão ruim quanto a guerra. "Ah, sim", respondeu ele, "pior. Muito pior. Isso durou anos. A maioria deles foi liquidada pelos camponeses, que os odiavam. Dez milhões deles. Mas tivemos que fazer isso para mecanizar a agricultura. No final, a produção da terra foi duplicada. O que é uma geração? exigiu Stalin enquanto andava para cima e para baixo ao longo da mesa." C. Moran, *Churchill: The Struggle for Survival, 1940-1965* (Boston: Houghton, 1966), p. 70.

estrutura do sistema soviético e trabalhar para criar um Congresso dos Sovietes obediente ao partido. Para isso, era necessário controlar as eleições de deputados para os sovietes e proibir outros partidos políticos, principalmente o tradicional partido dos camponeses, o Social Revolucionário.

Como os mencheviques e os social-revolucionários de direita haviam se retirado do congresso e se opunham ao governo eleito por ele, eles puderam ser facilmente cassados e foram banidos por ordem do Comitê Central do Congresso dos Sovietes em junho de 1918. A ocasião para acabar com os social-revolucionários de esquerda surgiu logo, não apenas por causa do descontentamento camponês generalizado, mas também por causa de diferenças políticas, entre as quais a rejeição dos social-revolucionários ao Tratado de Paz de Brest-Litovsk. Após a assinatura do tratado, os social-revolucionários de esquerda se retiraram do Comitê Central. O Quinto Congresso dos Sovietes, em julho de 1918, expulsou os social-revolucionários de esquerda. Tanto o Comitê Central quanto o Conselho dos Comissários do Povo estavam agora exclusivamente nas mãos dos bolcheviques. Esses últimos garantiram sua maioria nos sovietes não apenas porque sua popularidade ainda estava em ascensão, mas também porque haviam aprendido a dificultar cada vez mais a entrada de não bolcheviques nos sovietes. Com o tempo, o Congresso dos Sovietes de toda a Rússia tornou-se um órgão manipulado, ratificando automaticamente as ações do governo. A abdicação do poder soviético em favor do governo, que Lênin havia denunciado com o slogan "Todo o poder aos sovietes", foi agora, pela primeira vez, realmente concretizada no governo bolchevique de partido único.

Como os sovietes não eram mais considerados como o instrumento organizacional de um sistema de produção socialista, eles se tornaram uma espécie de parlamento substituto. O Estado soviético foi proclamado de forma programática,

ao mesmo tempo em que oferece às massas trabalhadoras oportunidades incomparavelmente maiores do que aquelas desfrutadas sob a democracia burguesa e o governo parlamentar, para eleger e destituir deputados da maneira mais fácil e acessível aos trabalhadores e camponeses, (...) ao mesmo tempo, abole os aspectos negativos do governo parlamentar, especialmente a separação entre o legislativo e o executivo, o isolamento das instituições representativas das massas (...). O governo soviético aproxima o aparato estatal das massas pelo fato de que a circunscrição eleitoral e a

unidade básica do Estado não é mais um distrito territorial, mas uma unidade industrial (oficina, fábrica)[5] .

O sistema soviético era visto pelos bolcheviques como uma "correia de transmissão" que conectava as autoridades estatais no topo com as grandes massas na base. As ordens emanadas de cima seriam executadas embaixo, e as reclamações e sugestões dos trabalhadores chegariam ao governo por meio de seus representantes no Congresso dos Sovietes. Enquanto isso, as células do partido bolchevique e o domínio bolchevique dos sindicatos garantiam um controle mais direto dentro das empresas e proporcionavam um vínculo entre os quadros das fábricas e as instituições governamentais. Se quisessem, é claro, os trabalhadores poderiam supor que havia uma conexão entre eles e o governo por meio dos sovietes, e que esses últimos poderiam, por meio do sistema eleitoral, determinar de fato a política governamental e até mesmo mudar de governo. Essa suposição ilusória permeia mais ou menos todos os sistemas eleitorais e também poderia ser aplicada ao sistema dos sovietes. Ao mudar a circunscrição eleitoral do distrito territorial para o local de produção, os bolcheviques privaram as camadas não trabalhadoras da sociedade de participar do jogo parlamentar[6] , sem, no entanto, mudar o jogo em si. Em nome da necessidade revolucionária, o governo se tornou cada vez mais independente dos sovietes a fim de alcançar a centralização de poder necessária para o domínio da sociedade por um único partido político. Mesmo com o domínio bolchevique sobre os sovietes, o controle geral deveria ser administrado pelo partido e lá, de acordo com Trotsky,

a última palavra pertence ao Comitê Central .... Isso proporciona extrema economia de tempo e energia e, nas circunstâncias mais difíceis e complicadas, garante a necessária unidade de ação. Esse regime só é possível na presença da autoridade inquestionável do partido e da impecabilidade de sua disciplina. .... O papel exclusivo do Partido Comunista sob as condições de uma revolução vitoriosa é bastante compreensível .... A supremacia revolucionária do proletariado pressupõe, dentro do próprio proletariado, a supremacia política do partido, com um programa de ação claro .... Mais de uma vez fomos acusados de ter substituído a ditadura dos sovietes pela

[5] Lênin, *Programa do PCUS (B)*, adotado em 22 de março de 1919 no Oitavo Congresso do Partido.
[6] A Constituição de Stalin de 1936 restabeleceu o direito universal ao voto, mas combinou-o com uma série de controles que impedem a eleição para instituições estatais de qualquer pessoa que não seja favorecida pelo Partido Comunista, demonstrando assim que a franquia universal e a ditadura podem existir simultaneamente.

ditadura de nosso partido. No entanto, pode-se dizer com total justiça que a ditadura dos soviéticos só se tornou possível por meio da ditadura do partido. Foi graças à clareza de sua visão teórica e à sua forte organização revolucionária que o partido proporcionou aos sovietes a possibilidade de se transformarem de parlamentos do trabalho sem forma no aparato da supremacia do trabalho. Nessa "substituição" do poder do partido pelo poder da classe trabalhadora, não há nada de acidental e, na realidade, não há substituição alguma. Os comunistas expressam os interesses fundamentais da classe trabalhadora. É bastante natural que, no período em que a história traz à tona esses interesses, ... os comunistas tenham se tornado os representantes reconhecidos da classe trabalhadora como um todo[7] .

Considerando que, em relação aos sovietes de 1905, Trotsky reconheceu que sua "substância era o esforço para se tornarem órgãos de autoridade pública", agora, após a vitória bolchevique, não eram mais os sovietes, mas o partido e, mais precisamente, seu comitê central, que tinha de exercer toda a autoridade pública[8] . Os bolcheviques ou, de qualquer forma, seus principais porta-vozes, Lênin e Trotsky, não tinham nenhuma confiança nos sovietes, aqueles "parlamentos sem forma de trabalho" que, em sua opinião, deviam sua própria existência ao Partido Bolchevique. Como não haveria nenhum sistema soviético sem o partido, falar de uma ditadura soviética era falar da ditadura do partido - uma implicava a outra. Na verdade, é claro, foi o contrário, pois, sem a revolução feita pelos sovietes, o Partido Bolchevique jamais poderia ter tomado o poder e Lênin ainda estaria na Suíça. No entanto, para manter esse poder, o partido agora tinha de se separar dos sovietes e controlar os sovietes em vez de ser controlado por eles.

---

[7] Trotsky, *Dictatorship vs. Democracy* (Nova York, 1922), pp. 107-9.

[8] Trotsky, sem dúvida um político revolucionário tão notável quanto Lênin, não tem interesse em relação à Revolução Bolchevique, seja como teórico ou como ator prático, devido à sua total submissão a Lênin, o que lhe permitiu desempenhar um grande papel na tomada do poder e na construção do Estado bolchevique. Antes de sua deferência incondicional a Lênin, Trotsky se opunha tanto aos mencheviques quanto aos bolcheviques, o primeiro por causa de sua aceitação passiva da esperada Revolução Russa como uma revolução burguesa no sentido tradicional e o segundo por causa da insistência de Lênin em uma "aliança operário-camponesa" que, na opinião de Trotsky, não poderia levar a uma revolução socialista, além disso, a revolução socialista, dominada pelo proletariado industrial, não pode ser contemplada de forma alguma dentro da estrutura de uma revolução nacional, mas deve ser abordada desde o início como uma revolução internacional, unindo a revolução russa às revoluções na Europa Ocidental, ou seja, como uma "revolução permanente" sob a hegemonia da classe trabalhadora. Ao mudar para as ideias de Lênin e sua aparente validade no contexto da situação russa, Trotsky tornou-se prisioneiro de um leninismo dogmatizado e, portanto, incapaz de desenvolver uma crítica marxista da Revolução Bolchevique.

Apesar da demagogia exibida em *Estado e Revolução*, a atitude de Lênin e Trotsky em relação às capacidades e incapacidades da classe trabalhadora não era nada surpreendente, pois era amplamente compartilhada pelas principais "elites" de todos os movimentos socialistas e serviu, de fato, para justificar sua existência e seus privilégios. A divisão social e técnica do trabalho no sistema capitalista de fato privou o proletariado de qualquer controle e, portanto, da compreensão do complexo processo de produção e distribuição que garante a reprodução do sistema social. Embora um sistema socialista de produção tenha uma divisão do trabalho diferente daquela predominante no capitalismo, os novos arranjos envolvidos só serão estabelecidos com o tempo e em conexão com uma reorientação total do processo de produção e sua direção para objetivos diferentes daqueles característicos do capitalismo. Portanto, é de se esperar que o processo de produção seja interrompido em qualquer situação revolucionária, especialmente quando o aparato produtivo já está em um estado de decadência, como foi o caso da Rússia de 1917. Portanto, também não é surpreendente que os trabalhadores tenham depositado suas esperanças no novo governo para realizar o que lhes parecia extremamente difícil.

A identificação dos sovietes e do partido era claramente compartilhada pelos trabalhadores e pelos bolcheviques, pois, caso contrário, o domínio inicial dos últimos nos sovietes não seria compreensível. Era até forte o suficiente para permitir que os bolcheviques monopolizassem os sovietes por meio de métodos dissimulados que mantinham os não bolcheviques fora deles. Para as amplas massas urbanas, os bolcheviques eram de fato o seu partido, que provou seu caráter revolucionário justamente pelo apoio aos sovietes e pela insistência na ditadura do proletariado. Também não há dúvida de que os bolcheviques, que eram, afinal de contas, socialistas convictos, eram extremamente sérios em sua devoção à causa dos trabalhadores - tanto, de fato, que estavam prontos para defendê-la até mesmo contra os trabalhadores, caso eles não reconhecessem seus requisitos necessários.

De acordo com os bolcheviques, esses requisitos necessários, ou seja, "trabalho, disciplina, ordem", não poderiam ser deixados para a autoaplicação dos sovietes. O Estado, o Partido Bolchevique nesse caso, regularia todas as questões econômicas importantes por meio de decretos governamentais com força de lei. A construção do Estado não servia a outro propósito senão o de salvaguardar a revolução e a construção do socialismo. Eles espalharam essa ilusão entre os trabalhadores com tanta convicção porque ela era deles, pois estavam convencidos de que o socialismo poderia ser

instituído por meio do controle estatal e do idealismo altruísta de uma elite revolucionária. Eles devem ter se sentido terrivelmente desapontados quando os trabalhadores não responderam adequadamente à urgência do apelo por "trabalho, disciplina e ordem" e à sua retórica revolucionária. Se os trabalhadores não conseguissem reconhecer seus próprios interesses, esse reconhecimento teria de ser imposto a eles, se necessário por meios terroristas. A chance do socialismo não deve ser perdida por omissão. Certos apenas de sua própria vocação revolucionária, eles insistiam em seu direito exclusivo de determinar as formas e os meios para a reconstrução socialista da sociedade.

Entretanto, esse direito exclusivo exigia poder absoluto não compartilhado. A primeira coisa a ser organizada, além do partido e dos sovietes, foi a Cheka, a polícia política, para combater a contrarrevolução em todas as suas manifestações e todas as tentativas de destituir o governo bolchevique. Os tribunais revolucionários auxiliaram o trabalho da Cheka. Foram instalados campos de concentração para os inimigos do regime. Um Exército Vermelho, sob o comando de Trotsky, tomou o lugar do "proletariado armado". Um exército eficaz, obediente apenas ao governo, não poderia ser dirigido por "conselhos de soldados", que foram eliminados imediatamente. O exército deveria combater inimigos externos e internos e era liderado e organizado por "especialistas", por oficiais czaristas, ou seja, que haviam feito as pazes com o governo bolchevique. Como o exército saiu vitorioso da guerra e da guerra civil, que durou de 1918 a 1920, o prestígio do governo bolchevique aumentou enormemente e garantiu a consolidação de seu governo autoritário.

Longe de colocar em risco o regime bolchevique, a guerra e a guerra civil contra a intervenção estrangeira e a contrarrevolução branca o fortaleceram. Ela uniu todos os que estavam fadados a sofrer com o retorno das antigas autoridades. Independentemente de sua atitude em relação aos bolcheviques e suas políticas, os camponeses estavam agora defendendo suas terras recém-conquistadas, e os mencheviques e social-revolucionários, suas próprias vidas. Os bolcheviques, a princípio divididos por dissensões internas, uniram-se diante do inimigo comum e, mesmo que apenas enquanto durasse a guerra civil, aceitaram de bom grado a ajuda dos mencheviques, social-revolucionários e até mesmo dos anarquistas, ainda existentes, como uma "oposição leal". Por fim, o caráter intervencionista da guerra civil deu à resistência bolchevique a euforia do nacionalismo, pois o governo reuniu a população ao seu lado com o slogan "a pátria está em perigo".

Com relação a isso, é preciso ressaltar que o nacionalismo e o internacionalismo de Lênin e dos bolcheviques eram de um tipo peculiar, pois podiam ser usados alternadamente para promover as fortunas da revolução russa e do Partido Bolchevique. Nas palavras de Trotsky, "o internacionalismo de Lênin não precisa de recomendação. Mas, ao mesmo tempo, o próprio Lênin é profundamente nacional. Lênin personifica o proletariado russo, uma classe jovem, que politicamente é pouco mais velha do que o próprio Lênin, mas uma classe que é profundamente nacional, pois nela está recapitulado todo o desenvolvimento passado da Rússia, nela está todo o futuro da Rússia, com ela a nação russa se ergue e cai[9] ." Talvez, por ser tão profundamente nacional, a mera introspecção pode ter levado Lenin a apreciar as necessidades nacionais e as peculiaridades culturais dos povos oprimidos o suficiente para induzi-lo a defender sua libertação nacional e autodeterminação, até o ponto de secessão, como um aspecto de seu anti-imperialismo e como uma aplicação do princípio democrático à questão das nacionalidades. Como Marx e Engels haviam favorecido a libertação da Polônia e o governo local para a Irlanda, ele se viu aqui na melhor companhia. Mas Lênin era, antes de tudo, um político prático, mesmo que só pudesse desempenhar esse papel em uma hora tão tardia. Como político prático, ele percebeu que as muitas nacionalidades reprimidas dentro do Império Russo representavam uma ameaça constante ao regime czarista, que poderia ser utilizada para sua derrubada. Sem dúvida, Lênin também era um internacionalista e via a revolução socialista como uma revolução mundial. Ainda assim, essa revolução tinha de começar em algum lugar e, no contexto do Estado multinacional russo, a demanda por autodeterminação nacional prometia a conquista de "aliados" na luta contra o tsarismo. Essa estratégia foi apoiada pela esperança de que, uma vez livres, as diferentes nacionalidades optariam por permanecer dentro da Comunidade Russa, seja por interesse próprio ou por meio de pressões de suas próprias organizações socialistas, caso conseguissem obter o poder governamental. De forma análoga à "união voluntária de comunas em uma nação", que Marx havia visto como um possível resultado da Comuna de Paris, a autodeterminação nacional poderia levar a uma Federação Russa de Nações socialista unificada, mais coesa do que o antigo regime imperial.

Até a Revolução Russa, no entanto, o problema da autodeterminação nacional permaneceu puramente acadêmico. Mesmo depois da revolução, a concessão de autodeterminação às várias nacionalidades dentro do Império Russo não fazia sentido,

[9] Trotsky, "Lenin on his 50th Birthday", em *Fourth International* (janeiro-fevereiro de 1951), pp. 28-9.

pois a maioria dos territórios envolvidos estava ocupada por potências estrangeiras. Enquanto isso, a autodeterminação havia se tornado um instrumento político das potências da Entente, a fim de apressar o desmembramento do Império Austro-Húngaro e um redesenho imperialista do mapa da Europa de acordo com os desejos das nações vencedoras. Mas "mesmo correndo o risco de cair nas mãos da burguesia, Lênin continuou a promover a autodeterminação irrestrita, precisamente porque estava convencido de que a guerra obrigaria tanto a Monarquia Dual quanto o Império Russo a se renderem à força do nacionalismo[10] ." Ao patrocinar a autodeterminação e, assim, fazer do proletariado um apoiador do nacionalismo, Lênin, como Rosa Luxemburgo apontou, estava apenas ajudando a burguesia a transformar o princípio da autodeterminação em um instrumento de contrarrevolução. Embora esse fosse realmente o caso, o regime bolchevique continuou a pressionar pela autodeterminação nacional, projetando-a agora no cenário internacional, a fim de enfraquecer outras potências imperialistas, em especial a Inglaterra, em uma tentativa de promover revoluções coloniais contra o capitalismo ocidental, que ameaçava destruir o Estado bolchevique.

Embora a previsão de Rosa Luxemburgo, de que a concessão de autodeterminação às várias nacionalidades na Rússia apenas cercaria o Estado bolchevique com um cordão de países contrarrevolucionários reacionários, tenha se mostrado correta, isso ocorreu apenas em curto prazo. Rosa Luxemburgo não conseguiu ver que não era tanto o princípio da autodeterminação que ditava a política bolchevique, mas a força das circunstâncias sobre as quais eles não tinham controle. Na primeira oportunidade, eles começaram a reduzir a autodeterminação das nações, acabando por incorporar todas as nações independentes perdidas em um Império Russo restaurado e, além disso, forjando para si esferas de interesse em territórios extra-russos. Com base em sua própria teoria do imperialismo, Rosa Luxemburgo deveria ter percebido que a teoria de Lênin não poderia ser aplicada em um mundo de potências imperialistas concorrentes, e não precisaria ser aplicada caso o capitalismo fosse derrubado por uma revolução internacional.

A guerra civil na Rússia foi travada principalmente para deter as forças centrífugas do nacionalismo, liberadas pela guerra e pela revolução, que ameaçavam a integridade da Rússia. Não apenas nas fronteiras ocidentais, na Finlândia, na Polônia e nas nações bálticas, mas também ao sul, na Geórgia, bem como nas províncias orientais da Rússia asiática, novos estados independentes se estabeleceram fora do controle

[10] A. J. Mayer, *Wilson vs. Lenin* (1964), p. 301.

bolchevique. A Revolução de Fevereiro havia rompido as barreiras que impediam os movimentos nacionalistas ou regionalistas nas partes não russas do Império. "Quando os bolcheviques derrubaram o governo provisório em Petrogrado e Moscou, governos nacionalistas ou regionalistas assumiram o poder nas áreas não-grandes russas da Rússia europeia, na Sibéria e na Ásia Central. As instituições de governo dos povos muçulmanos da Transvolga (tártaros, bashkirs), da Ásia Central e da Transcaspia (quirguizes, cazaques, uzbeques, turcomanos) e da Transcaucásia (georgianos, armênios, azerbaidzhanis, tártaros) favoreciam a autonomia em uma federação russa e se opunham aos bolcheviques[11] ." Esses povos tiveram de ser reconquistados na guerra civil que se seguiu.

O aspecto nacionalista da guerra civil foi usado para fins revolucionários e contrarrevolucionários. A contrarrevolução branca iniciou sua luta antibolchevique logo após a derrubada do Governo Provisório. Exércitos voluntários foram formados para combater os bolcheviques e foram financiados e equipados pelas potências da Entente em um esforço para trazer a Rússia de volta à guerra contra a Alemanha. Tropas britânicas, francesas, japonesas e americanas desembarcaram em Murmansk, Archangel e Vladivostok. A Legião Tcheca entrou no conflito contra os bolcheviques. Nessas lutas, os territórios mudavam de mãos com frequência, mas as forças contrarrevolucionárias, embora auxiliadas pelas potências aliadas, não eram páreo para o recém-organizado Exército Vermelho. A intervenção estrangeira continuou mesmo após o armistício entre as potências aliadas e a Alemanha e, com o consentimento dos aliados, os alemães lutaram em apoio à contrarrevolução nas nações bálticas, o que levou à destruição das forças revolucionárias nesses países e ao reconhecimento de sua independência pelo governo soviético. A Polônia recuperou sua independência como um estado antibolchevique. Entretanto, as forças contrarrevolucionárias estavam muito dispersas e desorganizadas. As potências aliadas não conseguiam chegar a um acordo entre si sobre a extensão de sua intervenção e sobre os objetivos específicos a serem alcançados. Elas também não confiavam na disposição de suas próprias tropas de continuar a guerra na Rússia, nem na aquiescência de sua própria população em uma guerra prolongada e em larga escala para a derrubada do regime bolchevique. A derrota militar decisiva dos vários exércitos brancos induziu as potências aliadas a retirar suas tropas no outono de 1918, abrindo assim as partes ocupadas da Rússia para o Exército Vermelho. As tropas

[11] H.H. Fisher, "Soviet Policies in Asia", em *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* (maio de 1949), p. 190.

francesas e britânicas se retiraram da Ucrânia e do Cáucaso na primavera de 1919. A pressão americana levou à evacuação dos japoneses em 1922. Mas os bolcheviques haviam vencido definitivamente a guerra civil em 1920. Embora a revolução tenha sido um assunto nacional, a contrarrevolução foi realmente internacional. Mas, mesmo assim, ela não conseguiu desalojar o regime bolchevique.

Lênin e Trotsky, para não falar de Marx e Engels, estavam convencidos de que, sem uma revolução proletária no Ocidente, a revolução russa não poderia levar ao socialismo. Sem a ajuda política direta do proletariado europeu, disse Trotsky mais de uma vez, a classe trabalhadora da Rússia não seria capaz de transformar sua supremacia temporária em uma ditadura socialista permanente. As razões para isso ele via não apenas na oposição por parte da reação mundial, mas também nas condições internas da Rússia, já que a classe trabalhadora russa, entregue a seus próprios recursos, seria necessariamente esmagada no momento em que perdesse o apoio do campesinato, uma ocorrência muito provável caso a revolução permanecesse isolada. Lênin também depositou suas esperanças na expansão da revolução para o oeste, que, de outra forma, poderia ser esmagada pelas potências capitalistas. Mas ele não compartilhava da opinião de Trotsky de que uma Rússia isolada sucumbiria às suas próprias contradições internas. Em um artigo escrito em 1915, preocupado com a conveniência de incluir no programa socialista a demanda por Estados Unidos da Europa, ele ressaltou, em primeiro lugar, que o socialismo é uma questão de revolução mundial e não uma questão restrita à Europa e, em segundo lugar, que tal slogan

pode ser erroneamente interpretado como significando que a vitória do socialismo em um único país é impossível, e também pode criar equívocos quanto às relações desse país com os outros. O desenvolvimento econômico e político desigual é uma lei absoluta do capitalismo. Portanto, a vitória do socialismo é possível primeiro em vários ou até mesmo em um único país capitalista. Depois de expropriar os capitalistas e organizar sua própria produção socialista, o proletariado vitorioso desse país se levantará *contra* o resto do mundo - o mundo capitalista - atraindo para sua causa as classes oprimidas de outros países, promovendo levantes nesses países contra os capitalistas e, em caso de necessidade, usando até mesmo a força armada contra as classes exploradoras e seus estados[12] .

---

[12] "On the Slogan for a United States of Europe" (1915), em *Collected Works*, Vol. 21 (Moscou: Progress, 1964), p. 342.

Obviamente, Lênin estava convencido - e todas as suas decisões após a tomada do poder atestam isso - de que mesmo uma Rússia revolucionária isolada seria capaz de se manter, a menos que fosse diretamente derrubada pelas potências capitalistas. Eventualmente, é claro, a luta entre o socialismo e o capitalismo seria retomada, mas talvez em condições mais favoráveis para a classe trabalhadora internacional. Por enquanto, no entanto, era essencial permanecer no poder, independentemente do que o futuro reservasse.

A revolução mundial não se concretizou, e o estado-nação continuou sendo o campo de operação para o desenvolvimento econômico e para a luta de classes. Depois de 1.920, os bolcheviques não esperavam mais uma retomada rápida do processo revolucionário mundial e se estabeleceram para a consolidação de seu próprio regime. As exigências e privações dos anos de guerra civil são geralmente consideradas responsáveis pela ditadura bolchevique e sua dureza particular. Embora isso seja verdade, não é menos verdade que a guerra civil e seu resultado vitorioso facilitaram e garantiram o sucesso da ditadura. A ditadura do partido não era apenas o resultado inevitável de uma situação de emergência, mas já estava implícita na concepção de "governo proletário" como o governo do Partido Bolchevique. O fim da guerra civil não levou a um relaxamento da ditadura, mas à sua intensificação; agora, após o esmagamento da contrarrevolução, ela era dirigida exclusivamente contra a "oposição leal" e a própria classe trabalhadora. Já no Oitavo Congresso do Partido Bolchevique, em março de 1919, foi feita a exigência de acabar com a tolerância aos partidos de oposição. Mas foi somente no verão de 1921 que o governo bolchevique finalmente decidiu destruir todas as organizações políticas independentes e os grupos oposicionistas dentro de suas próprias fileiras.

Na primavera de 1920, parecia claro que o equilíbrio militar na guerra civil favorecia os bolcheviques. Essa situação levou a um ressurgimento da oposição ao regime e às medidas draconianas que ele havia usado durante a guerra. A agitação dos camponeses tornou-se tão forte que forçou o governo a interromper suas excursões expropriatórias no campo e a dissolver os "comitês dos camponeses pobres". Os trabalhadores se opuseram às condições de fome que prevaleciam nas cidades e à busca incessante por mais produção por meio de uma onda de greves e manifestações que culminaram no levante de Kronstadt. Como as expectativas dos trabalhadores já haviam se baseado na existência do governo bolchevique, agora era esse governo que tinha de assumir a culpa por todas as suas misérias e decepções. Esse governo havia se tornado

uma ditadura repressiva e não podia mais ser influenciado por meios democráticos por meio do sistema soviético. Para libertar os sovietes do jugo do partido e transformá-los novamente em instrumentos de autogoverno do proletariado, era necessária uma "terceira revolução". A rebelião de Kronstadt não foi dirigida contra o sistema soviético, mas pretendia restaurá-lo à sua forma original. O apelo por "sovietes livres" implicava em sovietes liberados do governo de partido único do bolchevismo; consequentemente, implicava em liberdade política para todas as organizações e tendências proletárias e camponesas que participaram da Revolução Russa[13] .

Não foi por acaso que a oposição generalizada ao governo bolchevique encontrou em Kronstadt a sua expressão mais explícita. Foi lá que os sovietes se tornaram a única autoridade pública, muito antes de isso se tornar uma realidade temporária em Petrogrado, Moscou e na nação como um todo. Já em maio de 1917, os bolcheviques e os social-revolucionários de esquerda detinham a maioria no Soviete de Kronstadt e declararam sua independência em relação ao Governo Provisório. Embora esse último tenha conseguido extrair algum tipo de reconhecimento formal do Soviete de Kronstadt, ele permaneceu como a única autoridade pública em seu território e, assim, ajudou a preparar o caminho para a tomada do poder pelos bolcheviques. Foi o compromisso radical com o sistema soviético, como a melhor forma de democracia

[13] Isso encontrou sua expressão no programa adotado pelos marinheiros, soldados e trabalhadores de Kronstadt: 1) Novas eleições imediatas para os sovietes. Os sovietes atuais não expressam mais os desejos dos trabalhadores e camponeses. As novas eleições devem ser por voto secreto e devem ser precedidas de propaganda eleitoral gratuita. 2) Liberdade de expressão e de imprensa para os trabalhadores e camponeses, para os anarquistas e para os partidos socialistas de esquerda. 3) O direito de reunião e a liberdade das organizações sindicais e camponesas. 4) A organização, o mais tardar em 10 de março de 1921, de uma conferência de trabalhadores, soldados e marinheiros apartidários de Petrogrado, Kronstadt e do distrito de Petrogrado. 5) A libertação de todos os presos políticos dos partidos socialistas e de todos os trabalhadores, camponeses, soldados e marinheiros presos pertencentes a organizações da classe trabalhadora e camponesa. 6) A eleição de uma comissão para examinar os dossiês de todos os detidos em prisões e campos de concentração. 7) A abolição de todas as seções políticas nas forças armadas. Nenhum partido político deve ter privilégios para a propagação de suas ideias ou receber subsídios do Estado para esse fim. No lugar das seções políticas, vários grupos culturais devem ser criados, recebendo recursos do Estado. 8) A abolição imediata dos destacamentos de milícia estabelecidos entre as cidades e o campo. 9) A equalização das rações para todos os trabalhadores, exceto aqueles envolvidos em trabalhos perigosos ou insalubres. 10) A abolição dos destacamentos de combate do partido em todos os grupos militares. A abolição dos guardas do partido em fábricas e empresas. Se forem necessários guardas, eles devem ser nomeados, levando em conta as opiniões dos trabalhadores. 11) A concessão aos camponeses da liberdade de ação em seu próprio solo e o direito de possuir gado, desde que eles mesmos cuidem dele e não empreguem mão de obra contratada. 12) Solicitamos que todas as unidades militares e grupos de treinamento de oficiais se associem a esta resolução. 13) Exigimos que a imprensa dê a devida publicidade a esta resolução. 14) Exigimos que a produção de artesanato seja autorizada, desde que não utilize trabalho assalariado. Citado por Ida Mett, *The Kronstadt Commune* (Londres: Solidarity, 1967), pp. 6-7. Para uma história detalhada da rebelião de Kronstadt, consulte Paul Avrich, *Kronstadt 1921* (Princeton: Princeton University Press, 1970).

proletária, que agora colocou os trabalhadores e soldados de Kronstadt contra a ditadura bolchevique em uma tentativa de recuperar sua autodeterminação.

Não foi possível evitar, é claro, que o motim de Kronstadt tenha sido elogiado por todos os oponentes do bolchevismo e, portanto, também por reacionários e liberais burgueses, que dessa forma forneceram aos bolcheviques uma desculpa esfarrapada para sua reação cruel à rebelião. Mas esse "apoio" verbal oportunista e não solicitado não pode alterar o fato de que o objetivo da rebelião era a restauração do sistema soviético que os próprios bolcheviques haviam considerado adequado propagandear em 1917. Os bolcheviques sabiam muito bem que Kronstadt não era obra dos "generais brancos", mas não podiam admitir que, do ponto de vista do poder soviético, eles próprios haviam se tornado uma força contrarrevolucionária no próprio processo de fortalecimento e defesa de seu governo. Portanto, eles não só tiveram de afogar em sangue essa última tentativa de revitalização do sistema soviético, como também tiveram de difamá-la como obra da "contrarrevolução branca". Na verdade, embora os mencheviques e os social-revolucionários tenham dado seu apoio "moral" à rebelião, os trabalhadores e marinheiros envolvidos nela não tinham nenhuma intenção de ressuscitar a Assembleia Constituinte, que consideravam um caso natimorto do passado irrevogável. Segundo eles, "chegou a hora de derrubar a comissarocracia. ... Kronstadt levantou a bandeira do levante para uma Terceira Revolução dos trabalhadores. ... A autocracia caiu. A Assembleia Constituinte partiu para a região dos condenados. A comissarocracia está desmoronando.[14] " A "terceira revolução" deveria cumprir as promessas não cumpridas da anterior.

Com a rebelião de Kronstadt, o descontentamento dos trabalhadores e camponeses se espalhou para as forças armadas, e essa combinação a tornou particularmente perigosa para o regime bolchevique. Mas a rebelião não tinha nenhuma promessa realizável, não porque foi esmagada pelos bolcheviques, mas porque, se tivesse sido bem-sucedida, não teria sido capaz de sustentar e estender um socialismo libertário baseado no governo soviético. De fato, ela foi condenada a ser o que tem sido chamada: a Comuna de Kronstadt. Como sua contraparte de Paris, ela permaneceu isolada, apesar do descontentamento geral, e seus objetivos políticos não puderam ser alcançados nas condições russas vigentes. No entanto, ela conseguiu apressar a "retirada

[14] Em *Izvestiya*. Jornal do Comitê Revolucionário Temporário de Kronstadt, 12 de março de 1921; citado em *The Truth about Kronstadt* (Praga, 1921).

estratégica" de Lenin para a Nova Política Econômica, que afrouxou a ditadura econômica bolchevique e, ao mesmo tempo, reforçou seu governo político autoritário.

A insatisfação dos trabalhadores com a ditadura de Lênin encontrou alguma repercussão em seu próprio partido. Os grupos de oposição criticaram não apenas decisões específicas do partido, como o controle estatal dos sindicatos, mas também a tendência geral da política bolchevique. Sobre a questão da "administração de um homem só", por exemplo, foi dito que não se tratava de um problema tático, mas de dois "pontos de vista historicamente irreconciliáveis", pois

"A administração por um homem só é um produto da concepção individualista da classe burguesa... Essa ideia encontra seu reflexo em todas as esferas do esforço humano - começando com a nomeação de um soberano para o Estado e terminando com um diretor soberano na fábrica. Essa é a sabedoria suprema do pensamento burguês. A burguesia não acredita no poder de um corpo coletivo. Eles gostam apenas de chicotear as massas, transformando-as em um rebanho obediente, e levá-las para onde sua vontade irrestrita desejar. A base da controvérsia (no Partido Bolchevique) é principalmente esta: se realizaremos o comunismo por meio dos trabalhadores ou sobre suas cabeças pela mão dos oficiais soviéticos. E vamos refletir se é possível alcançar e construir uma economia comunista pelas mãos e habilidades criativas dos descendentes da outra classe, que estão imbuídos de sua rotina do passado? Se começarmos a pensar como marxianos, como homens de ciência, responderemos categórica e explicitamente - não. O órgão econômico administrativo da república trabalhista durante o atual período transitório deve ser um órgão eleito diretamente pelos próprios produtores. Todo o restante das instituições econômicas administrativas soviéticas deve servir apenas como centro executivo da política econômica desse órgão econômico importantíssimo da república trabalhista. Tudo o mais são passos de ganso que manifestam desconfiança em relação a todas as habilidades criativas dos trabalhadores, desconfiança que não é compatível com os ideais professados por nosso partido... Não pode haver autoatividade sem liberdade de pensamento e opinião, pois a autoatividade se manifesta não apenas na iniciativa, na ação e no trabalho, mas também no *pensamento independente*. Temos medo da ação, deixamos de confiar nas massas e, por isso, temos a burocracia conosco. Para acabar com a burocracia que está se abrigando nas instituições soviéticas, devemos, antes de tudo, nos livrar *de toda a burocracia no próprio partido*[15] .

[15] A. Kollontai, *The Workers' Opposition* (1921).

Aparentemente, esses oposicionistas não entendiam seu próprio partido ou, em vista de sua prática real, divergiam de seus princípios delineados por Lênin desde 1903. Talvez eles tenham levado *Estado e Revolução* ao pé da letra, sem perceber sua ambivalência, e agora se sentiram traídos, pois a política de Lênin revelou a pura demagogia de suas declarações revolucionárias. Deveria ter ficado evidente, a partir do conceito de Lênin sobre o partido e seu papel no processo revolucionário, que, uma vez no poder, esse partido só poderia funcionar de forma ditatorial. Independentemente das condições específicas da Rússia, a ideia do partido como a consciência da revolução socialista claramente relegava todo o poder de decisão ao aparato estatal bolchevique.

Fiel a seus próprios princípios, Lênin pôs um fim rápido aos oposicionistas, ordenando que todas as facções se dissolvessem sob ameaça de expulsão. Com duas resoluções, aprovadas pelo Décimo Congresso do Partido Comunista Russo, em março de 1921, "Sobre a Unidade do Partido" e "Sobre o Desvio Sindicalista e Anarquista em nosso Partido", Lênin conseguiu completar o que até então havia sido realizado apenas de forma aproximada, ou seja, o fim de todo o faccionalismo dentro do partido e a garantia de controle total sobre ele por meio do Comitê Central, que, além disso, foi reorganizado de forma a se livrar de qualquer oposição que pudesse surgir dentro da liderança do partido. Com isso, foi lançada uma base sobre a qual nada mais poderia ser construído, a não ser a onipotência emergente da crescente burocracia do partido e do estado e o poder infinito do líder supremo que presidia ambos. O governo unipessoal do partido, que havia sido um fato informal devido à autoridade "moral" dominante de Lenin, transformou-se no fato inatacável do governo pessoal de quem quer que conseguisse se colocar no topo da hierarquia do partido.

O caráter burguês do governo bolchevique, conforme observado por sua oposição interna, refletia a natureza objetivamente não socialista da Revolução Russa. Ela foi uma espécie de "revolução burguesa" sem a burguesia, assim como foi uma revolução proletária sem um proletariado suficientemente grande, uma revolução na qual as funções históricas da burguesia ocidental foram assumidas por um partido aparentemente antiburguês por meio de sua tomada de poder político. Sob essas condições, o conteúdo revolucionário do marxismo ocidental não era aplicável, nem mesmo em uma forma modificada. Independentemente do que se possa pensar da declaração de Marx a respeito da Comuna de Paris - que o "governo político do proletariado é incompatível com a externalização de sua servidão social" (uma situação bastante difícil de conceber, exceto como uma possibilidade momentânea, ou seja, como

a própria revolução) - Marx pelo menos falou dos "produtores", não de um partido político substituindo os produtores, enquanto o conceito bolchevique fala apenas do governo do Estado como o pré-requisito necessário e suficiente para a transformação do modo de produção capitalista em socialista. Os produtores são controlados pelo Estado, o Estado pelo partido, o partido pelo comitê central e o último pelo líder supremo e sua corte. A autocracia destruída é ressuscitada em nome do marxismo. Dessa forma, além disso, tanto ideológica quanto praticamente, a revolução e o socialismo dependem finalmente do indivíduo que faz história.

De fato, não demorou muito para que a Revolução Russa e suas consequências fossem vistas como obra dos gênios Lênin, Trotsky e Stálin; não apenas na visão burguesa, para a qual isso é natural, mas também, de modo bastante geral, pelos socialistas que reivindicam a adesão à concepção materialista da história, que encontra sua dinâmica não nas habilidades excepcionais dos indivíduos, mas na luta de classes no curso do desenvolvimento das forças sociais de produção. Nem Marx nem qualquer pessoa sensata negaria o papel do "herói" na história, seja para o bem ou para o mal; pois, como já foi apontado, o "herói" já está implícito na sociedade de classes e é ele próprio, em seus pensamentos e ações, determinado pelas contradições de classe que regem a sociedade. Em seus escritos históricos, por exemplo, Marx tratou extensivamente de tais "heróis", como o pequeno Napoleão, que levou seu país à ruína, ou, como Bismarck, que concluiu a meta da unificação alemã, deixada de lado pela revolução burguesa natimorta. É perfeitamente concebível que, sem Napoleão III e sem Bismarck, a história da França e da Alemanha teria sido diferente do que realmente foi, mas essa diferença não teria alterado em nada o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países, determinado como foi pelas relações capitalistas de produção e pela expansão do capital como um fenômeno internacional.

Afinal, o que é história? A burguesia não tem uma teoria da história, assim como não tem uma teoria do desenvolvimento social. Como ela apenas descreve o que é observável ou pode ser encontrado em registros antigos, a história é tudo e nada ao mesmo tempo, e qualquer uma de suas manifestações superficiais pode ser enfatizada em vez de uma explicação, que deve sempre servir às relações de poder social existentes em um determinado momento. Assim como a economia, a história burguesa é pura ideologia e não dá nenhuma pista sobre os motivos da mudança social. E, assim como a economia de mercado só pode ser compreendida por meio do entendimento de suas relações de classe subjacentes, esse tipo de história também requer outro tipo para que

seu significado seja revelado. Do ponto de vista marxiano, a história implica mudanças nas relações sociais de produção. A história que se preocupa exclusivamente com alterações em uma sociedade que, de outra forma, seria estática, por mais interessante que seja, diz respeito ao marxismo apenas na medida em que essas mudanças indicam o processo oculto pelo qual um modo de produção libera forças sociais que apontam para o surgimento de outro modo de produção. Desse ponto de vista, as mudanças históricas provocadas pela Revolução Russa e pelo regime bolchevique têm seu lugar dentro de um modo de produção inalterado, pois suas relações sociais continuaram sendo relações capital-trabalho, embora o capital - ou seja, o controle sobre os meios de produção - e, com ele, o trabalho assalariado tenham sido retirados das mãos de empresários privados e colocados nas mãos de uma burocracia estatal que desempenhava as funções de exploração do primeiro. O sistema capitalista foi modificado, mas não abolido. A história feita pelos bolcheviques ainda era a história capitalista sob o disfarce ideológico do marxismo.

A existência de "grandes homens" na história é uma indicação segura de que a história está sendo feita dentro da estrutura hierárquica de sociedades competitivas dominadas por classes. O culto a Lênin, o culto a Hitler, o culto a Stalin, etc., representam tentativas de privar a massa da população de qualquer tipo de autodeterminação e também de garantir sua completa atomização, o que torna isso tecnicamente possível. Esses cultos têm pouco a ver com os "grandes homens" em si, como personalidades, mas refletem a necessidade ou o desejo de conformidade total para permitir que uma determinada classe ou um determinado movimento político tenha controle suficiente sobre as grandes massas para a realização de seus objetivos específicos, como a guerra ou a revolução. "Grandes homens" exigem "grandes tempos", e ambos surgem em situações de crise que têm suas raízes no exagero das contradições fundamentais da sociedade.

O desamparo do indivíduo atomizado encontra uma espécie de consolo imaginário na mera simbolização de sua autoafirmação na liderança, ou no líder, de um movimento social que alega fazer por ele o que ele não pode fazer por si mesmo. A impotência do indivíduo social é a potência do indivíduo que consegue representar um ou outro tipo de aspiração social historicamente dada. O caráter antissocial do sistema capitalista é responsável por sua aparente coerência social na forma simbolizada do Estado, do governo e do grande líder. Entretanto, a simbolização deve ser

constantemente reforçada pelas formas concretas de controle executadas pela minoria dominante.

É quase certo que, sem a chegada de Lênin à Rússia, os bolcheviques não teriam tomado o poder governamental e, nesse sentido, o crédito pela Revolução Bolchevique deve ser dado a Lênin - ou talvez ao Estado-Maior alemão ou a Parvus, que possibilitou a entrada de Lênin na Revolução Russa. Mas o que teria acontecido na Rússia sem o "fator subjetivo" da existência de Lênin? O regime czarista, totalmente desacreditado, já havia sido derrubado e não teria sido ressuscitado por um golpe contrarrevolucionário diante da oposição geral e combinada de trabalhadores, camponeses, da burguesia e até mesmo de segmentos do antigo regime autocrático. Além disso, as potências da Entente, aliviadas da aliança com o anacrônico regime autocrático russo, favoreceram o novo governo ostensivamente democrático, mesmo que apenas na esperança de uma guerra mais eficiente contra as potências "antidemocráticas" da Europa Central. Embora tenham sido feitas tentativas de retomar a ofensiva no oeste, elas não foram bem-sucedidas e apenas intensificaram o desejo de uma paz antecipada, até mesmo uma paz separada, a fim de consolidar o novo regime e restaurar um mínimo de ordem na crescente anarquia social. Uma contrarrevolução teria como objetivo a continuação forçada da guerra e a eliminação dos sovietes e dos bolcheviques, para salvaguardar a natureza de propriedade privada das relações de produção social. Em suma, a "ditadura do proletariado" provavelmente teria sido derrubada por uma ditadura da burguesia, imposta por um terror branco e outros métodos fascistas de governo. Um sistema político diferente e relações de propriedade diferentes teriam evoluído, mas com base nas mesmas relações de produção que sustentaram o estado bolchevique.

Da mesma forma, há pouca dúvida de que a Segunda Guerra Mundial foi iniciada por Adolf Hitler em uma tentativa de vencer a Primeira Guerra Mundial por meio de uma segunda tentativa de controle alemão da Europa capitalista. Sem Hitler, a segunda guerra poderia não ter começado no momento em que realmente aconteceu, mas talvez também não sem o Pacto Stalin-Hitler, ou sem o aprofundamento da depressão mundial, que estabeleceu limites definidos para as políticas econômicas internas dos nazistas, das quais dependia seu domínio político. No entanto, está claro que Hitler não pode ser responsabilizado pela Primeira Guerra Mundial ou pela Grande Depressão que precedeu a Segunda Guerra Mundial. Os governos são compostos por indivíduos que representam ideologias definidas e interesses econômicos específicos, razão pela qual é sempre possível dar crédito ou colocar a culpa por qualquer política

específica em políticos individuais e presumir que, se eles não estivessem lá, a história teria seguido um curso diferente. Isso pode até ser verdade, mas o curso diferente não afetaria de forma alguma o desenvolvimento geral, na medida em que ele é determinado pelas relações de produção capitalistas.

Em resumo, não é possível fazer previsões confiáveis com relação ao desenvolvimento histórico com base na força dos movimentos políticos e no papel dos indivíduos dentro desses movimentos, à medida que eles são provocados pelo desenvolvimento do capitalismo e suas dificuldades, desde que essas ocorrências não digam respeito às relações sociais básicas de produção, mas apenas reflitam mudanças dentro dessas relações. É verdade que os fenômenos políticos e econômicos constituem uma entidade, mas falar dessa entidade pode ser referir-se a nada mais do que movimentos erráticos dentro de uma determinada estrutura social, e não a contradições sociais destinadas a destruir essa entidade política e econômica por meio de mudanças revolucionárias que trazem outra sociedade à existência. Da mesma forma que não há como prever o desenvolvimento econômico em seus detalhes, ou seja, em que momento uma crise será desencadeada ou superada, também não há como explicar o desenvolvimento político em seus detalhes, ou seja, qual movimento social será bem-sucedido ou fracassará, ou qual indivíduo passará a dominar o cenário político e se esse indivíduo aparecerá ou não como um indivíduo "fazedor de história", independentemente de suas qualificações pessoais. O que não pode ser compreendido não pode ser levado em consideração, e os eventos políticos e econômicos aparecem como uma série de "acidentes" ou "choques", aparentemente de fora do sistema, mas na verdade produzidos por esse sistema, o que impede o reconhecimento de suas necessidades inerentes. A própria existência da vida política atesta sua determinação fetichista. Fora dessa determinação fetichista, dessa sujeição indefesa e cega ao processo de expansão do capital, a entidade da política e da economia não apareceria como tal, mas sim como a eliminação de ambas em uma organização conscientemente organizada das exigências sociais do processo de reprodução, livre de seus aspectos econômicos e políticos. A política e, com ela, o tipo de economia que é necessariamente economia política, cessarão com o estabelecimento de uma sociedade sem classes.

O fato de que até mesmo Lênin estava, de alguma forma, ciente disso pode ser deduzido por sua relutância em usar o termo "trabalho assalariado" após a tomada do poder. Apenas uma vez, em deferência a um público internacional, no Congresso de fundação da Terceira Internacional, em março de 1919, ele falou sobre "a humanidade

se livrar da última forma de escravidão: a escravidão capitalista ou assalariada". De modo geral, no entanto, ele deu a entender que o fim do capital privado implica o fim do sistema salarial; embora não abolisse automaticamente o sistema salarial em um sentido técnico, ele o libertaria de suas conotações exploradoras. Nesse aspecto, assim como em muitos outros, Lênin apenas retomou a posição de Kautsky de 1902, que sustentava que, nos estágios iniciais da construção do socialismo, o trabalho assalariado e, portanto, o dinheiro (ou vice-versa) deveriam ser mantidos para fornecer aos trabalhadores os incentivos necessários ao trabalho. Trotsky também reiterou essa ideia, mas com uma falta de vergonha exemplar, afirmando que

ainda mantemos, e por muito tempo manteremos, o sistema de salários. Quanto mais avançarmos, mais sua importância se tornará o simples fato de garantir a todos os membros da sociedade todas as necessidades da vida, e assim ele deixará de ser um sistema de salários. [Mas, no atual período difícil, o sistema de salários é para nós, antes de mais nada, não um método para garantir a existência pessoal de qualquer trabalhador separado, mas um método para estimar o que o trabalhador individual traz com seu trabalho para a República do Trabalho.... Finalmente, quando recompensa alguns (por meio do sistema salarial), o Estado Trabalhista não pode deixar de punir outros - aqueles que estão claramente infringindo a solidariedade trabalhista, minando o trabalho comum e prejudicando seriamente o renascimento socialista do país. A repressão para atingir fins econômicos é uma arma necessária da ditadura socialista[16] .

Assim como o sistema de salários é a base da produção capitalista, ele continua sendo a base da "construção socialista", o que permite que pessoas como Lênin e Trotsky, e seu aparato estatal, não apenas assumam a posição, mas também falem na voz dos capitalistas ao lidar com a classe trabalhadora. Como se o sistema de salários não tivesse sido sempre a única garantia para os trabalhadores ganharem seu sustento e como se não tivesse sido sempre usado para estimar a quantidade de mais-valia a ser extraída de seu trabalho!

Como teoria da revolução proletária, o marxismo não reconhece as alterações nas relações de produção social inalteradas como mudanças históricas no sentido da concepção materialista da história. Ele fala de mudanças no desenvolvimento social, da escravidão à servidão, ao trabalho assalariado e à abolição deste último e, com ele, de todas as formas de exploração do trabalho, em uma sociedade socialista sem classes.

[16] *Dictatorship vs. Democracy*, p. 149.

Cada tipo de sociedade de classes terá sua própria história política, é claro, mas o marxismo reconhece isso como a política de formações sociais definidas, que, no entanto, chegará ao fim com a abolição das classes, a última revolução política no processo geral de desenvolvimento social. Independentemente de sua possibilidade ou impossibilidade objetiva, o regime bolchevique não tinha a intenção de abolir o sistema salarial e, portanto, não estava empenhado em promover uma revolução social no sentido marxiano. Ele se contentou com a abolição do controle privado sobre a acumulação de capital, partindo do pressuposto de que isso seria suficiente para avançar para uma economia conscientemente planejada e, por fim, para um sistema de distribuição mais igualitário. É verdade, é claro, que a possibilidade de tal empreendimento não havia ocorrido a Marx, para quem o sistema capitalista, em sua forma de propriedade privada, teria de ser substituído por um sistema no qual os próprios produtores assumiriam o controle coletivo e direto dos meios de produção. Desse ponto de vista, o esforço bolchevique, por ser uma novidade histórica não contemplada por Marx, ainda se enquadra na história do modo de produção capitalista.

Ao aderir à ideologia marxista desenvolvida na Segunda Internacional, Lênin e os bolcheviques conseguiram identificar sua inversão da teoria marxista como a única forma possível de realização. Embora o conceito bolchevique não implicasse mais do que a formação de um sistema capitalista estatal, essa era a maneira pela qual, na virada do século, o socialismo era geralmente entendido. Portanto, não é possível acusar os bolcheviques de uma "traição" aos princípios "marxistas" vigentes na época; pelo contrário, eles concretizaram os objetivos declarados do movimento social-democrata, que havia perdido todo o interesse em agir de acordo com suas crenças. O que os bolcheviques fizeram foi realizar o programa da Segunda Internacional por meios revolucionários. No entanto, ao fazer isso, ou seja, ao transformar a ideologia em prática e dar-lhe substância concreta, eles identificaram o marxismo revolucionário com a sociedade socialista dirigida pelo Estado, imaginada pela ala ortodoxa da social-democracia internacional.

Antes da Revolução Bolchevique, a burguesia considerava o marxismo uma utopia sem sentido, contrária às relações de mercado naturalmente dadas e à própria natureza humana. Havia, é claro, a luta de classes, mas ela também, como a concorrência em geral, não implicava mais do que a luta darwiniana pela existência, o que justificava sua supressão ou melhoria, conforme o caso, de acordo com as mudanças de circunstâncias ou oportunidades. Mas o próprio fato da existência da

burguesia era prova suficiente de que a sociedade não poderia prevalecer sem divisões de classe, pois sua própria complexidade exigia sua estrutura hierárquica. O socialismo, no sentido marxiano da autodeterminação da classe trabalhadora, não era uma possibilidade prática e sua defesa não era apenas estúpida, mas também criminosa, pois sua realização destruiria não apenas a sociedade capitalista, mas a própria sociedade. A adaptação do movimento trabalhista reformista às realidades da vida social e sua integração bem-sucedida ao sistema capitalista foi uma prova adicional de que as relações capital-trabalho eram as relações sociais normais, que não podiam ser alteradas, exceto ao preço da decadência social.

Esse argumento foi deixado de lado pela demonstração bolchevique de que é possível ter "socialismo" com base nas relações capital-trabalho e que uma hierarquia social poderia ser mantida sem a burguesia, simplesmente transformando-a em servidora do Estado, o único proprietário do capital social. Embora Marx tenha dito que o capitalismo pressupõe o capitalista, isso não precisa implicar o capitalista como burguês, como proprietário de capital privado, pois o processo de concentração e centralização do capital indicava a diminuição de seu número e a crescente monopolização do capital. Se houvesse um "fim" para esse processo, seria o fim do capital privado, como propriedade de muitos capitalistas, e o fim da economia de mercado, que resultaria no monopólio completo da propriedade dos meios de produção. Isso também poderia estar nas mãos do Estado, que se tornaria o organizador da produção social em um sistema no qual as "relações de mercado" seriam reduzidas à troca entre trabalho e capital por meio da manutenção do trabalho assalariado na economia controlada pelo Estado. Esse conceito poderia ter tornado o "socialismo" compreensível para a burguesia, não fosse o fato de envolver sua abolição como classe dominante. Do ponto de vista burguês, era irrelevante se eles se viam expropriados por um Estado que não era mais seu ou por uma revolução proletária no sentido marxiano, ou seja, a apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora. O conceito bolchevique de capitalismo de Estado ou, o que equivale ao mesmo, de socialismo de Estado, foi consequentemente equiparado ao conceito marxista de socialismo. Quando a burguesia fala de marxismo, ela invariavelmente se refere à sua interpretação bolchevique, pois essa é a única que encontrou aplicação concreta. Essa identificação do marxismo com o conceito leninista de socialismo transformou esse último em sinônimo de marxismo e, como tal, dominou o caráter de todos os movimentos revolucionários e nacional-revolucionários até os dias de hoje.

Enquanto para a burguesia bolchevismo e marxismo significavam a mesma coisa, a social-democracia não poderia identificar o regime leninista como um estado socialista, embora tivesse realizado seu próprio objetivo, há muito esquecido, de alcançar o socialismo por meio da captura do poder estatal. No entanto, como o bolchevismo havia expropriado a burguesia, era igualmente impossível se referir a ele como um sistema capitalista, sem reconhecer que mesmo a conquista legal do Estado por meios parlamentares não precisa levar a um sistema socialista de produção. Hilferding, por exemplo, resolveu o problema simplesmente anunciando que o bolchevismo não era nem capitalismo nem socialismo, mas uma forma de sociedade melhor descrita como uma "economia estatal totalitária", um sistema baseado em uma "ditadura pessoal ilimitada".[17] " Ele não era mais determinado pelo caráter de sua economia, mas pelas noções pessoais do ditador onipotente. Negando seu próprio conceito de longa data de "capitalismo organizado" como o resultado inevitável do processo de concentração de capital e o consequente desaparecimento da lei do valor como reguladora da economia capitalista, Hilferding agora insistia que, do ponto de vista econômico, o capitalismo de estado não pode existir. Segundo ele, uma vez que o Estado se torna o único proprietário dos meios de produção, ele impossibilita as funções da economia capitalista, pois abole o próprio mecanismo que explica o processo de circulação econômica por meio da concorrência na qual a lei do valor opera. No entanto, embora esse estado de coisas já tenha sido equiparado à ascensão do socialismo, agora ele é visto como uma sociedade totalitária igualmente distante tanto do capitalismo quanto do socialismo. O único ingrediente que excluía sua transformação em socialismo era a ausência de democracia política. Mas, se fosse assim, Hilferding estava fundamentalmente de acordo com Lênin na suposição de que é possível instituir o socialismo por meios políticos, embora não houvesse acordo quanto aos meios políticos específicos a serem empregados. Na verdade, Lênin tinha uma grande dívida com Hilferding, exceto em sua rejeição dos meios da democracia formal como critério para a natureza socialista da economia controlada pelo Estado.

A esse respeito, é digno de nota que nem Lênin nem Hilferding se preocuparam com as relações sociais de produção como relações capital-trabalho, mas apenas com o caráter do governo que presidiria a "nova sociedade". Na opinião de ambos, era o Estado que deveria controlar a sociedade, seja por meios democráticos ou ditatoriais; a classe trabalhadora deveria ser o instrumento obediente das políticas governamentais.

[17] Artigo escrito para o Sotsialistichesky Viestnik; versão em inglês no *Proletarian Outlook* 6:3 (1940).

Da mesma forma, foi o conceito de "ditadura" de Lênin que levou a melhor, pois os bolcheviques haviam tomado o poder, enquanto a "democracia" de Hilferding foi lentamente corroída pelas tendências autoritárias que surgiram no sistema capitalista. Além disso, o "marxismo" da Segunda Internacional havia perdido sua plausibilidade às vésperas da Primeira Guerra Mundial, enquanto o sucesso da Revolução Bolchevique poderia ser visto como um retorno à teoria e à prática revolucionárias do marxismo. Essa situação garantiu a crescente proeminência da interpretação leninista do marxismo, que dependia da existência de um partido de vanguarda não apenas para tomar o poder, mas também para garantir a transição do capitalismo para o socialismo. De qualquer forma, com o passar do tempo, a concepção leninista do marxismo passou a dominar a parte do movimento trabalhista internacional que se via como uma força anticapitalista e anti-imperialista.

Abordamos o bolchevismo e a Revolução Russa com alguns detalhes para destacar dois pontos específicos: primeiro, que as políticas do regime bolchevique após a morte de Lênin tiveram como causa a situação prevalecente na Rússia e no mundo como um todo, bem como os conceitos políticos do partido leninista; e segundo, que o resultado dessa combinação de fatores implicou uma segunda e aparentemente "final" destruição do movimento trabalhista como um movimento marxista. A Primeira Guerra Mundial e seu apoio pelos partidos socialistas da Segunda Internacional significaram uma derrota do marxismo como um movimento de trabalhadores potencialmente revolucionário. A guerra e suas consequências levaram a um renascimento temporário das atividades revolucionárias com objetivos reformistas limitados, o que indicava que os trabalhadores não estavam dispostos a desalojar o sistema capitalista. Somente na Rússia os levantes revolucionários foram além de meras mudanças governamentais, jogando os meios de produção - não de uma vez, mas gradualmente - nas mãos do partido-estado bolchevique. Mas esse sucesso aparente implicou uma inversão total da teoria marxiana e sua transformação intencional na ideologia do capitalismo de Estado, que, por sua própria natureza, restringe-se ao Estado-nação e sua luta pela existência e expansão em um mundo de nações imperialistas e blocos de poder concorrentes.

O conceito de revolução mundial como resultado esperado da guerra imperialista, que aparentemente motivou a tomada do poder pelos bolcheviques, dependia da noção de Lênin sobre a existência indispensável de um partido de vanguarda, capaz de aproveitar a oportunidade para a derrubada do estado burguês e capaz de evitar ou corrigir o desperdício sem objetivo das energias revolucionárias

espontaneamente liberadas pelas massas rebeldes. No entanto, além dos bolcheviques russos, não existia em lugar algum um partido de vanguarda do tipo leninista, de modo que esse primeiro pressuposto para uma revolução socialista bem-sucedida não pôde ser atendido. À luz da própria teoria de Lênin, era, portanto, logicamente inconsistente esperar a extensão da revolução russa para uma revolução internacional. Mas mesmo que esses partidos de vanguarda pudessem ter sido criados da noite para o dia, por assim dizer, seus objetivos teriam sido determinados pelo conceito leninista de Estado e suas funções no processo de transformação social. Se bem-sucedidos, teria havido mais de um sistema capitalista estatal, mas nenhuma revolução socialista internacional. Em suma, teria sido realizado em um momento anterior o que realmente aconteceu após a Segunda Guerra Mundial sem uma revolução, ou seja, a divisão imperialista do mundo em sistemas nacionais monopolistas e capitalistas de Estado sob a égide de blocos de poder instáveis.

Supondo, para fins de argumentação, que as revoluções na Europa Ocidental tenham ido além das mudanças puramente políticas e tenham levado a uma ditadura do proletariado, exercida por meio de um sistema de sovietes que controlam as relações sociais econômicas, esse sistema teria se encontrado em oposição ao partido-estado em sua encarnação leninista. Muito provavelmente, ele teria levado a um ressurgimento da oposição interna da Rússia ao monopólio bolchevique do poder e ao destronamento de sua liderança. Uma revolução proletária no sentido marxiano teria colocado o regime bolchevique em perigo ainda mais do que uma contrarrevolução burguesa e social-democrata, porque para os bolcheviques a propagação da revolução era concebível apenas como a expansão da Revolução Bolchevique e a manutenção de suas características específicas em escala global. Essa foi uma das razões pelas quais a Terceira Internacional, como uma "ferramenta da revolução mundial", foi transformada em uma réplica internacional do partido leninista.

Essa prática específica foi baseada na teoria do imperialismo de Lênin. De caráter mais polêmico do que teórico, *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism (Imperialismo: O estágio mais elevado do capitalismo), de Lenin,* deu mais atenção aos aspectos políticos fugazes do imperialismo do que à sua dinâmica socioeconômica subjacente. Seu objetivo era desmascarar o caráter imperialista da primeira guerra mundial, vista como a condição geral para a revolução social. Os argumentos de Lênin foram fundamentados por dados relevantes de várias fontes burguesas, por uma utilização crítica das descobertas teóricas de J. H. Hobson e Rudolf Hilferding e por

uma rejeição da teoria especulativa de Karl Kautsky sobre o superimperialismo como um caminho para um capitalismo pacífico. Os dados e as teorias estavam vinculados a um determinado estágio histórico do desenvolvimento capitalista e não continham pistas sobre seu curso posterior.

A compulsão ao imperialismo é inerente à produção capitalista, mas é o desenvolvimento do imperialismo que explica suas manifestações específicas em um determinado momento. Para Lênin, no entanto, o capitalismo tornou-se imperialista "apenas em um estágio definido e muito elevado do desenvolvimento capitalista", um estágio que implicava o domínio de monopólios nacionais e internacionais que, por acordo ou força, dividiam entre si os recursos exploráveis do mundo. Em sua opinião, esse período é caracterizado não tanto pela exportação de mercadorias, mas pela exportação de capital, o que permite às grandes potências imperialistas e a uma parte de suas populações trabalhadoras uma existência cada vez mais parasitária às custas das regiões subjugadas do mundo. Ele considerava essa situação como o "estágio mais elevado" do capitalismo porque esperava que suas múltiplas contradições levassem diretamente a revoluções sociais em escala internacional.

Entretanto, embora a Primeira Guerra Mundial tenha levado à Revolução Russa, o imperialismo não foi a "véspera da revolução mundial proletária". O que é digno de nota aqui, no entanto, é a continuidade entre o trabalho inicial de Lênin sobre o desenvolvimento do capitalismo russo e sua teoria do imperialismo e da revolução mundial iminente. Contra os Narodniks, como vimos, Lênin sustentava que o capitalismo seria o próximo passo no desenvolvimento da Rússia e que, por essa razão, o proletariado industrial viria a desempenhar o papel dominante na revolução russa. Mas ao envolver não apenas os trabalhadores, mas também os camponeses e até mesmo camadas da burguesia, a revolução teria o caráter de uma "revolução popular". Para realizar todas as suas potencialidades, ela teria de ser liderada por uma organização que representasse o socialismo da classe trabalhadora. A teoria de Lênin sobre o imperialismo como "a véspera da revolução mundial" foi, portanto, uma projeção de sua teoria da revolução russa para o mundo como um todo. Assim como na Rússia diferentes classes e nacionalidades deveriam se combinar sob a liderança proletária para derrubar a autocracia, em escala internacional nações inteiras, em vários estágios de desenvolvimento, deveriam se combinar sob a liderança da Terceira Internacional para se libertarem tanto de seus senhores imperialistas quanto de suas classes dominantes nativas. A revolução mundial é, portanto, uma revolução de classes e nações subjugadas

contra um inimigo comum - o imperialismo monopolista. Foi essa teoria que, na visão de Stalin, fez do "leninismo o marxismo da era do imperialismo". Entretanto, com base na pressuposição de revoluções socialistas bem-sucedidas nas nações capitalistas avançadas, a teoria não pôde ser provada como certa ou errada, pois as revoluções esperadas não se concretizaram.

Esse esquema verdadeiramente grandioso, que colocou o bolchevismo no centro do processo revolucionário mundial e, para falar em termos hegelianos, fez com que o *Weltgeist* se manifestasse em Lênin e em seu partido, continuou sendo uma mera expressão dos poderes imaginários de Lênin, pois a cada passo que ele dava, o "maior dos *Realpolitiker*" se via em desacordo com a realidade. Assim como ele teve de abandonar seu próprio programa agrário em troca do programa de seus oponentes social-revolucionários, livrar-se da "economia natural" praticada com resultados devastadores durante o período do "comunismo de guerra" e voltar às relações de mercado na Nova Política Econômica, e travar uma guerra contra a autodeterminação das nacionalidades oprimidas, a princípio tão generosamente concedida pelo regime bolchevique, ele se viu forçado a construir e utilizar a Terceira Internacional não para a extensão da revolução internacional, mas apenas para a defesa do Estado bolchevique. Seu internacionalismo, como o da burguesia, só poderia servir a fins nacionais, camuflados como interesses gerais da revolução mundial. Mas talvez tenha sido esse fracasso total em promover os bens declarados do bolchevismo que realmente atesta o domínio de Lênin sobre a *Realpolitik*, mesmo que apenas no sentido de que um oportunismo sem princípios serviu de fato ao propósito de manter os bolcheviques no poder.

A obstinação de Lênin em conquistar e manter o poder do Estado por meio de concessões e reviravoltas oportunistas, conforme ditado por circunstâncias fora de seu controle, não era uma prática exigida pela teoria marxista, mas um pragmatismo empírico que caracteriza a política burguesa em geral. O revolucionário profissional se transformou em um estadista que competia com outros estadistas para defender os interesses específicos do Estado bolchevique como os da nação russa. Qualquer desenvolvimento revolucionário posterior passou a ser visto como dependente da proteção do primeiro "estado operário", que se tornou o principal dever do proletariado internacional. A ideologia marxista serviu não apenas a propósitos internos, mas também externos, garantindo o apoio da classe trabalhadora à Rússia bolchevique. Sem dúvida, isso envolvia apenas uma parte do movimento trabalhista, mas era essa parte

que poderia desestabilizar as forças antibolcheviques, que agora incluíam os antigos partidos socialistas e os sindicatos. A interpretação leninista do marxismo tornou-se a totalidade da teoria marxiana, como uma contra-ideologia a todas as formas de antibolchevismo e a todas as tentativas de enfraquecer ou destruir o governo russo. Simultaneamente, no entanto, também foram feitas tentativas de criar um estado de coexistência com os adversários capitalistas. Várias concessões foram propostas para demonstrar as vantagens mútuas a serem obtidas por meio do comércio internacional e de outros meios de colaboração. Essa política de duas faces tinha o único objetivo de preservar o Estado bolchevique, atendendo aos interesses nacionais da Rússia.